

ARQUITECTURA DE TERRA NO PERÍODO DOS DESCOBRIMENTOS: AS CONSTRUÇÕES MILITARES

Goreti Sousa

ESG/Escola Superior Gallaecia

CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente

Largo das Oliveiras, 4920-275 Vila Nova de Cerveira, Portugal

Tel.: +351 251 794054; Fax: +351 251 794055; E-mail: goreti.sousa@sapo.pt

Tema 4

Palavras-chave: Património; Terra; História; Descobrimentos

Resumo

Quando os portugueses iniciaram a construção do seu Império levaram consigo para os outros continentes muito traços da cultura europeia. Na ânsia de proteger os territórios sobre os quais estendiam a sua soberania, os portugueses necessitaram de construir de forma quase imediata fortificações. Enquadrada num contexto cultural, político e mesmo geográfico marcado pela diversidade, estas construções apresentam-se, também elas distintas consoante as regiões onde foram construídas. Em comum parece haver sempre duas exigências: rapidez de construções e solidez.

Através da análise das fontes documentais surge, de forma clara, a evidência de que a utilização da terra como material de construção nas edificações de cariz militar foi uma prática corrente neste período. Os indícios apontam também para uma utilização disseminada deste material, desde o Norte de África ao Extremo Oriente.

Podemos ainda encontrar nas mesmas fontes referências à utilização de distintas técnicas de construção com terra que eram aplicadas durante o período em análise.

O objectivo deste artigo é o de fazer um balanço das ideias chave acerca da utilização da terra na construção militar do período dos descobrimentos e, ao mesmo tempo, reavivar algumas questões ainda em aberto e que poderão vir a constituir interessantes linhas de pesquisa no domínio da investigação da evolução da Arquitectura de Terra.

Mas, antes de mais, este artigo constitui uma oportunidade de relembrar a riqueza de um património que tem sido sistematicamente esquecido, quer no âmbito da investigação, quer da conservação e divulgação.

“O Império português beneficiava de múltiplas experiências e de desafios diversos onde surge com clareza a capacidade lusíada de receber influências, ganhar experiências, reter e aplicar as soluções mais engenhosas nas diferentes latitudes e entre povos de vários graus de civilização.”(1)

1. Introdução

O tema que serve de objecto a esta reflexão - construção com terra no período dos Descobrimentos - encontra-se ainda numa fase incipiente dos trabalhos. As raras referências encontradas, ao longo da pesquisa bibliográfica que serviu de base a este texto, surgem considerações dispersas acerca de construções erigidas pelos portugueses, numa alusão genérica à *“utilização de materiais pobres”*.

Por estas mesmas razões se considera ser de extrema utilidade alertar para a necessidade de abrir uma nova linha de pesquisa que tenha como objecto central as construções em terra erigidas pelos portugueses ao longo da etapa dos Descobrimentos. Este texto pretende, colocar na balança os dados reunidos até ao momento e tentar perceber quais as questões que, a partir deles, se pode vir a tentar aprofundar. Os dados disponíveis permitem algumas reflexões que se espera possam vir a contribuir de alguma forma para instigar o interesse por esta temática.

As construções militares constituem um ponto de partida lógico, já que as primeiras edificações erigidas pelos portugueses em todos os locais em que a sua presença se fez sentir foram sempre de natureza defensiva. Quando em inícios do século XV os portugueses dão início à sua política de expansão ultramarina, estão na realidade, no que toca às construções militares, a dar continuidade a uma tradição construtiva, a qual tentam adaptar a novos objectivos.

2. A construção militar no espaço ultramarino

Na hora de analisar as construções militares levantadas pelos portugueses no seu espaço ultramarino, convém sublinhar o carácter diversificado da presença portuguesa, em que a ocupação de determinado território obedecia a estratégias distintas consoante o contexto encontrado pelos portugueses e principalmente os objectivos que estes procuravam atingir com essa ocupação. Estas duas condicionantes foram decisivas na escolha dos materiais e das técnicas construtivas.

Apesar de constituir o ponto de partida da expansão territorial, a importância da presença portuguesa em África tem sido subestimada em face da extrema importância da presença na Ásia e aos imensos proventos comerciais que a coroa portuguesa conseguiu com o domínio das rotas do Oriente.

Investigações recentes têm ajudado a avaliar de forma clara a importância da presença em África, ao longo da fase inicial do expansionismo português, sobretudo ao longo dos séculos XV e XVI. Neste período a África teve um papel decisivo, não apenas como base de apoio para o avanço para oriente, mas enquanto território atractivo pelas possibilidades económicas intrínsecas, em especial o controle das rotas comerciais do Norte de África, até então dominadas pelos Muçulmanos e das fontes do ouro africano. A presença em Moçambique foi, deste ponto de vista, de extrema importância uma vez que aí se estabeleceu uma base a partir da qual controlam a rota do ouro que ligava a região aurífera do actual Zimbabwe, a Sofala e Quiloa, ao mesmo tempo que serve como ponto de apoio para a navegação no Índico.

Com o desenvolvimento da rota das especiarias, as atenções dos portugueses voltaram-se rapidamente da África para a Ásia, mantendo, no entanto, o interesse no comércio do ouro na costa oriental africana e no comércio de escravos que entretanto se desenvolvia na costa ocidental.

O principal objectivo da presença portuguesa na Ásia era estabelecer um rápido e eficaz controlo das rotas comerciais. Começaram por se apoderar de algumas praças de comércio que lhe garantiam o controle das principais rotas comerciais, garantiu o controle da navegação no Índico. Assim, neste continente, a presença portuguesa não implicava um controle territorial efectivo, pelo que uma vez controlados esses pontos estratégicos, os portugueses enveredam por uma política de alianças com os chefes locais, muito mais favorável as seus interesses comerciais.

Pelo contrário, no Brasil a política de ocupação do território implicou uma ocupação intensiva dos territórios e uma presença mais forte, dando origem a uma política de conquista e à formação de um império territorial, situação que como já atrás foi descrita não ocorreu, nem em África, nem na Ásia, pelo menos nesta fase inicial.

Em todas estas regiões, independentemente da estratégia de ocupação adoptada e dos objectivos que através dela se pretendiam atingir, os portugueses não dispensaram a construção de fortalezas.

No Norte de África, a presença portuguesa traduziu-se na construção de enormes fortalezas, a partir das quais os portugueses asseguravam a navegação, da qual dependia todo o abastecimento das guarnições e a chegada de reforços em caso de perigo, como sendo o Castelo de Santa Cruz em Agadir (1505) ou o Castelo Real em Mogador (1506).

Também ao longo da costa, de forma a assegurar o controle das rotas comerciais, os portugueses empreenderam uma intensa actividade construtiva, espalhando uma quantidade significativa de fortes costeiros, a partir de onde defendiam os seus entrepostos comerciais, como por exemplo: Forte de Arguim (1445); Forte de São Jorge da Mina (1482); Forte de Axim (1503). No entanto, com excepção da construção do Forte de São Jorge da Mina, a construção de grandes estruturas defensivas na costa Ocidental de África foi bastante tardia. Predominaram aqui os pequenos fortes que serviram, mais tarde de modelo às feitorias fortificadas erguidas na América e sobretudo na Ásia.

Na Costa Oriental, constroem-se, na sequência da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, algumas fortalezas, das quais se podem destacar as de: Quiloa e Sofala ambas construídas por volta de 1505; Socotorá e Moçambique (1507); Mombaça (1509).

Quando os portugueses chegam ao seu tão ansiado objectivo - a Índia, não encontram aí nenhuma tradição de construção de fortificações defensivas. Por outro lado a Índia tinha já uma tradição milenar de construção em Terra (2). Mas o reforço dos interesses portugueses não podia dispensar essas construções, até porque aí foram encontrar uma forte resistência por parte dos Muçulmanos, que dominavam as rotas de comércio das especiarias.

A construção de fortalezas constituiu também um factor decisivo no domínio dos mares (3), ao mesmo tempo, estas fortalezas constituíam a principal infra-estrutura administrativa através da qual os portugueses se faziam representar. *“Cochim e Cananor eram as testas de ponte de um império virtual, mesmo que fosse apenas constituído por um fortim de madeira e alguns entrepostos de palhotas edificadas mas orlas marítimas...”* (4).

A par das obras que se revestem de interesse estratégico no controle das rotas comerciais, eram construídas outras em que o interesse era simplesmente de carácter político, relacionando-se com o controle de povoações menos importantes. O exemplo do forte de Cochim de Cima, é paradigmático, visto tratar-se de um pequeno baluarte estratégico para defesa dos portugueses, construído por Duarte Pacheco Pereira após uma vitória militar que logo deu lugar a uma fortaleza que foi mantida, mesmo após o seu interesse estratégico estar totalmente dissipado, uma vez que correspondia a um símbolo do poderio português.

Apesar de terem acrescentado uma nova função a estes locais, a de entreposto comercial, estas edificações apresentam ainda traços medievais bem marcados. No que concerne aos materiais usados na construção das edificações militares, observa-se, mais uma vez a significativa diversidade de situações, dependendo quer do contexto político ou geográfico em que se procedia à construção e dos objectivos que se pretendiam atingir.

O Norte de África, apresenta, no panorama da construção de fortificações, um aspecto verdadeiramente privilegiado. Ao contrário do que acontecia noutras posições portuguesas, eram trazidos arquitectos especializados e artífices experimentados para garantir a estabilidade das construções. No entanto, estes testemunhos que se recolhem no Norte de África, são certamente excepções, uma vez que na maior parte dos casos, a distancia dificultava a presença de arquitectos ou engenheiros especializados. Teriam que ser os próprios militares a projectar as fortificações, e muitas vezes a proceder à sua construção. Na carta de mercê a Diogo de Azambuja, alcaide da Vila de Monsaraz, refere-se explicitamente os feitos prestados por este *“...assi nas guerras passadas como no fazimento do catello nosso de Sam Jorge que he nas partes de guinee.”* (5)

Não será, pois, de estranhar que estas construções sejam sempre inspiradas nas fortificações com que estes militares estavam familiarizados em Portugal. Na descrição dos fortins de Cananor e Cochim, refere-se explicitamente que foram construídos *“... segundo os modelos dos castelos das ordens militares de Portugal”* (6), podemos encontrar nesta constatação um indício da

utilização da terra nas construções militares, uma vez que, no Sul do País, onde foi mais intensa a presença das ordens militares, as construções militares eram, pelo menos desde o período de dominação Almoada, total ou parcialmente construídas em terra.

Estes empregavam *“...uma tecnologia bastante simples, com a utilização de dois elementos pré-fabricados em madeira – taipais ou enxaiméis...”* (7) que serviam de cofragem para a construção de fortalezas em Taipa Militar. Este modelo, surge neste contexto, como um recurso sistemático, uma vez que *“este sistema construtivo apresentava vantagens consideráveis em relação ao processo de utilização de alvenarias de pedra tradicional, pois era mais rápido, com o recurso a escassos meios técnicos e materiais, apresentando, no entanto, maior resistência defensiva.”* (8)

Tal como sublinha André Bazzana, seria comum na Península Ibérica, durante a dominação islâmica, *“...l’emploi d’un coffrage réutilisable, que l’on déplace, banchée après banchée pour édifier le mur, implique par sa réutilisation permanente – pour la même construction, mais aussi pour des constructions voisines – une assez grande régularité des épaisseurs, des longueurs de caissons et des hauteurs des banchées.”* (9)

António Dias Farinha (10) encontra referências à prática de utilização no Norte de África, de peças pré-fabricadas, sendo necessário apenas montá-las no respectivo lugar. Segundo o mesmo autor, na região de Aguz mantém-se viva a lenda de que os portugueses teriam construído numa só noite uma pequena fortaleza (Soeira Quedima). Relato coerente com a construção em Taipa Militar acima descrita.

Na Índia a utilização da terra como material aplicável às construções militares parece ter sido igualmente uma realidade. Sabemos, por exemplo, que *“... a cidadela de Sant’Ângelo de Cananor foi edificada em poucos dias e a de Cochim reconstruída, ambas de laterite e basalto”* (11). Surge, assim, mais uma vez, a terra como material de construção, no entanto difere do exemplo citado anteriormente uma vez que aqui se utiliza a laterite e não a taipa militar.

Segundo Sumita Sinha, a laterite fazia parte da construção tradicional na Índia, onde *“The lack of building stone has meant using laterite in places where conventionally stone would have been used.”* (12) O mesmo autor explica as características deste material e processo construtivo daí inerente. *“Laterite is soft when newly quarried and so it can be fashioned into blocks.(...) As these blocks are exposed to the air, They harden into a stone-like hardness, forming iron oxide and turning into its characteristic rust colour.”* (13)

3. Conclusões

A presença dos portugueses em diferentes latitudes do seu Império Marítimo, com de distintas estratégias de exploração e de consolidação do seu domínio, traduziu-se numa prática arquitectónica rica e diversificada, no que respeita a formas, técnicas e materiais, que contribuiu de forma decisiva para as características das construções militares deste período.

Os objectivos de tais construções variavam também de forma significativa, como já foi visto anteriormente, podendo ir desde a defesa efectiva de determinada posição, à função de entreposto comercial, até uma função meramente simbólica. Facto que teve certamente reflexos nos materiais e nas técnicas utilizadas na sua construção.

São frequentes as notícias de construção de pequenas estruturas defensivas, com uma urgência que não permitia a espera por materiais ou por mão-de-obra especializada. Logo seria de esperar que, em alternativa lançassem mão dos materiais disponíveis na região. Infelizmente não se chega muitas vezes a conseguir determinar que materiais seriam esses. A madeira estava presente de forma sistemática, mas existem também notícias da utilização da terra.

Estas construções iniciais, com materiais considerados pobres, não garantiam a defesa dos interesses portugueses, pelo que muitas vezes estas fortificações primitivas foram sendo substituídas por construções em materiais considerados mais resistentes. Acrescentando mais uma dificuldade ao estudo da construção militar com terra na época dos descobrimentos.

Da análise das fontes disponíveis a utilização da terra como material de construção parece facto assente, seria porém uma imprudência, num estágio tão precoce das investigações tentar avaliar a verdadeira importância deste material de construção, uma vez que esta questão, embora possa parecer simples, se reveste de sérias dificuldades.

No entanto, no que concerne às razões que impuseram a utilização da terra, num período em que em Portugal essa prática estaria a ser substituída por novas tipologias de construção militar, podem-se formular várias hipóteses que poderiam justificar esta escolha:

- A urgência e logo, a necessidade de rapidez na construção. Factores que se prevê terem estado também na origem da utilização da Taipa Militar no Sul de Portugal, durante o domínio Almoada.
- Em muitas das regiões onde os portugueses construíram as suas fortificações a pedra era um material escasso. Pelo que a dificuldade em a conseguir poderia levar à utilização de materiais disponíveis localmente.
- Nestas mesmas regiões a mão-de-obra local não estaria apta a auxiliar na construção de edificações em pedra, das quais não conheciam as técnicas. Pelo que a necessidade de mão-de-obra pode também ter, eventualmente, determinado a escolha de técnicas e materiais familiares na região.
- Existem indícios que, devido precisamente à falta de mão-de-obra especializada eram, na maior parte dos casos, os próprios militares a erguer as construções defensivas. Seria então, necessário utilizar um processo construtivo que dispensasse a presença dessa mão-de-obra especializada. Desta forma a utilização da taipa seria certamente um recurso generalizado, uma vez que, como nos explica André Bazzana a taipa militar não exige a presença de mão-de-obra especializada, dispensando mesmo a presença de mão-de-obra semi-especializada. (14)
- A diversidade de objectivos que estiveram na origem das construções em causa pode também ter determinado a escolha de materiais. Em casos em que a construção obedecia a um interesse estratégico a longo prazo, seria certamente mais forte a tentação de construção de grandes estruturas em pedra, do que em casos em que os objectivos estratégicos eram de segunda ordem, ou conjunturais. Podendo neste caso optar-se por construções com materiais tidos como mais pobres.

Ora parece-nos ser esta a linha de investigação que a médio prazo poderá revelar-se mais produtiva. É seguramente nestas pequenas edificações que se pode aspirar a encontrar os melhores indícios de construção em terra levada a cabo pelos portugueses no período dos descobrimentos, uma vez que a rápida dissolução dos interesses estratégicos a que obedeciam não deixou muitas vezes tempo para que essas fortificações fossem substituídas por outras em pedra.

Todas as hipóteses atrás referidas nos parecem de momento válidas; como válidas serão muitas outras que se possam levantar à luz do avanço das pesquisas sobre esta temática. Por outro lado, a validade de uma destas explicações não tem necessariamente que excluir as outras, muito pelo contrário, será mesmo de prever que a explicação esteja na conjugação de várias destas hipóteses.

Por fim resta apenas sublinhar uma ideia que parece ressaltar de forma inequívoca destas reflexões, a diversidade de conjunturas, geográficas, políticas e económicas que caracterizam o império ultramarino português, impede a adopção de uma explicação genérica e global, pelo que um estudo integrado das técnicas de construção em terra utilizadas pelos portugueses no período dos Descobrimentos terá necessariamente de passar por um projecto que englobe estudos de carácter regional sem os quais não se pode traçar uma imagem global desta temática.

Não era evidentemente esse o objectivo deste trabalho, até porque um projecto tão ambicioso só poderá ser levado a bom porto com a criação de um grupo de trabalho internacional. O trabalho que agora se apresenta pretende apenas divulgar reflexões, que se espera possam transformar-se num ponto de partida para futuros estudos, lançando algumas pistas que se esperam possam vir a ser de utilidade para o desenvolvimento de um tema de investigação onde muito está ainda por fazer.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís; SANTOS, Maria Emília Madeira [1993]: “Portugalliae Monumenta Africana”, Vol.I, INCM, [Lisboa], Portugal.
- ARNOLD, David (1994): “A época dos Descobrimentos”, 2.^a Edição, Gradiva, Lisboa, Portugal.
- BASU, Subhas Chandra (1993): “Traditional mud construction in India ; A historical Persppective”, em 7.^a *Conferência Internacional sobre o estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, DGEMN, Lisboa, Portugal.
- BAZZANA, André (1993): “La construction en terre dans Al-Andalus : Le Tabiya”, em 7.^a *Conferência Internacional sobre o estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, DGEMN, Lisboa, Portugal,
- BOUCHON, Geneviève (1998): “Vasco da Gama” em Col. *Da História*, n.º 3, Ed. Terramar, Lisboa, Portugal.
- CATARINO, Helena (1997): “Castelos Muçulmanos do Algarve”, em *Noventa séculos entre a serra e o mar*, IPPAR, Lisboa, Portugal.
- CHAGAS, José António Amaral Trindade (1995): “O Castelo de Alcácer do Sal e a utilização da Taipa Militar durante o domínio Almóada”, *Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico*, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- CORREIA, José Manuel [s.d.]: “Os portugueses no Malabar, 1498-1580”, C.N.C.D.P. / I.N.C.M., Lisboa, Portugal,
- FARINHA, António Dias (1989): “Características da presença portuguesa em Marrocos”, em *Portugal no Mundo*, Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, Portugal.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi (1995): “Núcleos urbanos planeados do século XVIII e a estratégia de civilização dos Índios do Brasil”, em *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Colecção *Histórias de Portugal*, n.º 14, Editorial Estampa, Lisboa, Portugal.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999): “Os Castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando”, Edições Colibri /FLL, Lisboa, Portugal.
- NUNES, António Lopes Pires (1988): “O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal”, Lisboa, Portugal.
- SINHA, Sumita (1993): “Lessons from History – Study of the use of earth in houses and Temples of Bishnupur”, em 7.^a *Conferência Internacional sobre o estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, DGEMN, Lisboa, Portugal.

Notas

- (1) In FARINHA (1989), p. 118.
- (2) In BASU (1993), p.171-173.
- (3) Fortaleza de Cochim (1503); Cananor (1505-1508); Calecut (c. 1513).
- (4) In BOUCHON (1998), p. 238.
- (5) Citado a partir de ALBUQUERQUE; SANTOS [1993], p.341.
- (6) In BOUCHON (1998), p.242.
- (7) In CHAGAS (1995), p.134.
- (8) In CHAGAS (1995), p.71.
- (9) In BAZZANA (1993), p.79-80.
- (10) In FARINHA, António Dias: *Características da presença portuguesa em Marrocos*, p.118.
- (11) In BOUCHON (1998), p.242.
- (12) In SINHA (1993), p. 84-85.
- (13) SINHA, Sumita (1993), p. 85.
- (14) In BAZZANA (1993), p.80.

Autora

Licenciada em História pela FLUP, encontra-se a realizar Doutoramento no Departamento de História I da Universidade de Santiago de Compostela. Desde 1998 trabalha na ESG/ Escola Superior Gallaecia e a desde 2003 integra o *Centro de Investigación Arqueoloxia e Ecoloxia do Fenómeno Megalítico Galego*, como Colaboradora.